



Edwiges de Sá Pereira: Uma voz pernambucana no Segundo Congresso Internacional Feminista (Rio de Janeiro, 1931)

Edwiges de Sá Pereira: A voice of Pernambuco in the Second International Feminist Congress (Rio de Janeiro, 1931)

Walter Valdevino do Amaral

Doutorando em História
Universidade Federal de Uberlândia - Brasil
walterdoc@gmail.com

Recebido em: 12/08/2016

Aprovado em: 03/01/2017

RESUMO: Em 1931, a pernambucana Edwiges de Sá Pereira, proferiu no Segundo Congresso Internacional Feminista, a conferência “Pela mulher, para mulher”, na qual traça um panorama da realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras no início do século XX. No cerne da discussão, estava à questão do acesso a educação e ao trabalho para o sexo feminino. Nesse sentido, propõe uma classificação das mulheres em três categorias: a que “não precisa” trabalhar, a que “precisa e sabe” trabalhar e a que “precisa e não sabe” trabalhar. Para integração e/ou melhoramento daquelas que estavam inseridas em cada categoria, sugere a elaboração de um projeto educacional, voltado para a construção de escolas profissionais, as quais proporcionariam uma transformação no cotidiano, principalmente daquelas que se encontram na terceira categoria. Assim, buscaremos analisar tal proposta feminista, que têm a educação e o trabalho como mecanismos decisivos para a inclusão das mulheres na vida pública. Como referencial teórico-metodológico, nos norteamos pela discussão de gênero da historiadora Joan Scott.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, educação, trabalho.

ABSTRACT: In the year of 1931, the Pernambuco’s Edwiges de Sá Pereira did give the Second International Feminist Congress the conference “Women for women”, in which moth a panorama of the reality experienced by women in Brazil in the early 20th century. At the heart of the discussion was the questiono of access to education and to work for the female. In this sense she did proposes a classification of women in three categories: the “don’t have to” work, “need and know” work and that “needs and doesn’t know” work. For integration and/or improvement of those that were entered in each category, suggests the establishment of an educational Project, aimed at construction of vocational schools, which would bring a transformation in everyday life, especially those who are in the third category. So, we will seek to analyze such a feminist proposal, who have the education and work as decisive mechanisms for the inclusion of women in public life. As a theoretical-methodological reference, we are guided by the gender discussion of the historian Joan Scott.

KEYWORDS: Feminism, education, work.

História, mulher e tempo



Ao lado de outros sujeitos da sociedade, as mulheres foram consideradas, durante muito tempo, excluídas da História. Eram personagens que, na maioria das vezes, pareciam ser passivas das mudanças socioculturais que ocorriam. A percepção da história-vida afetava consequentemente a história-ciência, que dava mais espaços aos vencedores, do que aos vencidos, nesse caso, portanto, as mulheres apareciam junto a outros grupos da sociedade (como os negros, homossexuais e operários), tendo suas vozes silenciadas, pois eram tidas como vencidas.¹

Só nas últimas décadas do século passado, a partir do papel das feministas, que atuavam em várias partes do mundo, inclusive dentro da Academia, no seio da História e do espraiamento documental e temático ocasionado pela Nova História, novos objetos, métodos e fontes têm surgido e aparecido no debate acadêmico com mais ênfase; as mulheres, então, passaram a ser tema recorrente nos estudos históricos. É nessa dinâmica que este trabalho se insere. A História Cultural, a partir do viés francês da terceira geração dos *Annales*, nos proporcionou novos instrumentais teórico-metodológicos, principalmente, na análise dos aparatos simbólicos das sociedades. Os estudos feministas abriram espaço para o uso de categorias analíticas, como a de gênero, que ampliaram o leque de possibilidades nas pesquisas sobre o papel, tanto do sexo masculino quanto do feminino, na construção da História.

Para Joan Scott, uma das pioneiras nas pesquisas de gênero e história, a definição de gênero “baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.² Ela acredita ainda que, sendo o gênero um elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos, ele implicaria em outros quatro elementos relacionados entre si, seriam eles: símbolos culturais, conceitos normativos, representação binária e identidade subjetiva.

Os estudos de gênero vêm se tornando um dos cerne em grande parte das pesquisas na área da História. Pois, a partir de uma observação relacional existente entre os sexos na organização de uma sociedade, num dado momento histórico, pode-se buscar reconstituir e questionar visões de mundo de outros grupos, vendo como elas foram criadas e a quem interessavam, no passado. Essa categoria analítica se preocupa em observar as representações sociais, a criação e a consolidação de ideias de mundo, dentro de uma dada realidade; nesse

¹ Cf.: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008, 190p.

² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995, p. 86.



contexto, elementos políticos, sociais, religiosos e econômicos também têm espaço, já que essas instâncias colaboram na constituição do real vivido pelos diferentes sexos no decorrer da História.

A partir desta perspectiva, apontamos que esse estudo acerca da conferência “Pela mulher, para mulher”, ministrada pela pernambucana Edwiges de Sá Pereira no Segundo Congresso Internacional Feminista, realizado em 1931 na cidade do Rio Janeiro, se insere nessas atuais dinâmicas da História, que nos oferecem espaços para analisar algumas temáticas outrora marginalizadas na historiografia. Portanto, buscaremos nesse artigo, observar quais as representações de mulheres que aparecem no seu discurso, o qual aponta na direção de uma maior participação do sexo feminino no espaço público, desviando-se, assim, das normas postas na primeira metade do século XX, uma vez que, ser mulher implicava numa dedicação exclusiva ao espaço privado – o “lar doce lar”.

Sabemos que o processo de modernização, ocorrido no início do século passado, transformou a paisagem e o estilo de vida dos habitantes dos principais centros urbanos do Brasil. As artes, a moda, a arquitetura, a etiqueta, entre tantos outros aspectos, proporcionaram novas linguagens para traduzir as mudanças trazidas pelas inovações técnicas. Eram as turbulências culturais da sedutora *belle époque*, momento em que “Civilização e modernidade convertiam-se em palavras de ordem; viravam instrumentos de batalha, além de fotografias de um ideal alentado”³.

Esse fenômeno resultou em diversas mudanças nos comportamentos e nas mentalidades da sociedade, especialmente para as mulheres. Pois, a vida urbana proporcionou uma maior influência dos meios de comunicação social sobre a vida no lar, oferecendo assim, maiores oportunidades de lazer, através dos clubes recreativos, salões de dança, teatros e cinemas; de atuação social, através das associações civis e religiosas; de trabalho, concentrado principalmente nos estabelecimentos escolares; de atuação política, com foco na luta pelo sufrágio universal. No entanto, essa atuação feminina na luta por uma maior inclusão nos espaços públicos, se fez, principalmente, por algumas mulheres das classes mais abastadas e alfabetizadas, uma vez que, boa parte daquelas que pertenciam às classes mais populares já vinham concentrando suas forças em uma dupla jornada (casa e trabalho).

³ COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000, p. 13.



Dentro deste novo modelo de vida urbana, as mulheres passaram a ter uma maior consciência de seus direitos e se empenharam em defendê-los com mais intensidade, especialmente, no que se refere ao exercício dos seus direitos políticos e do cumprimento de seus deveres cívicos. Concentrando assim, as discussões pelo direito das mulheres de votarem e serem votadas. Nesse sentido, foram surgindo em diversas partes do país, alguns movimentos feministas que pretendiam lutar pela garantia da inclusão do sexo feminino nas esferas cultural, social, política e econômica. Contexto aparentemente diferente daquele vivido durante todo o século XIX, em que a sociedade patriarcal procurava impor às mulheres uma concentração total de suas capacidades nas relações intrafamiliares, ao passo que o homem devia dedicar um tempo parcial a estas relações.

No ano de 1920, a escritora Maria Lacerda de Moura e a bióloga Bertha Maria Julia Lutz, fundaram na cidade do Rio de Janeiro, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, com a finalidade de organizar e intensificar a luta pelo voto feminino no Brasil. Posteriormente, esse grupo passou a se denominar Liga pelo Progresso Feminino, a qual, alcançando adesões de feministas de outros estados brasileiros, tornou-se Federação das Ligas pelo Progresso Feminino. Em agosto de 1922, a presidente da organização, Bertha Lutz, ao retornar da Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore, nos Estados Unidos, resolveu mudar o nome do grupo para Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.⁴

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, foram organizadas algumas filiais dessa associação em outros estados brasileiros, entre eles Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo. É nesse contexto que, no dia 10 de novembro de 1931, numa sessão solene, realizada no Clube Internacional do Recife, foi oficialmente fundada a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Nessa ocasião, a senhora Odila Porto da Silveira, representante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, empossou a sua primeira diretoria, ficando Edwiges de Sá Pereira eleita como sua primeira presidenta.⁵

Edwiges de Sá Pereira: uma escritora feminista

A escritora e ativista feminista Edwiges de Sá Pereira nasceu no dia 25 de outubro de 1884, no pequeno município de Barreiros, localizado na Zona da Mata Sul do estado de

⁴Cf.: FEDERAÇÃO Brasileira pelo Progresso Feminino. In: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário das mulheres no Brasil**. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000, p. 217-226.

⁵Cf.: FEDERAÇÃO Pernambucana Pelo Progresso Feminino. **Livro de atas das sessões extraordinárias e de assembleia geral**. Recife, 10 nov. 1931, p. 01.



Pernambuco. Os seus pais eram o do Dr. José Bonifácio de Sá Pereira (bacharel em direito e senhor de engenho) e senhora Maria Amélia Rocha de Sá Pereira (dona de casa); teve 12 irmãos, entre eles, destacamos: Virgílio de Sá Pereira (advogado), Eugenio de Sá Pereira (advogado e poeta), Eurico Sá Pereira (advogado e jornalista).

Já na infância Edwiges demonstrava ter uma forte inclinação pela escrita, especialmente, pela poesia. Entre os 12 e 13 anos, juntamente com o seu irmão, Eugenio de Sá Pereira, criou o “Echo Juvenil”, jornalzinho manuscrito composto por pequenos textos e poesias. O mesmo circulava somente entre os membros da família. Em 1897, algumas de suas poesias que se encontravam no “Echo Juvenil”, foram publicadas no jornal “O Paiz”, do Rio de Janeiro, neste mesmo jornal havia uma crônica do escritor Arthur de Azevedo, apresentando a poetisa pernambucana de apenas 13 anos de idade. A pequena poetisa do interior pernambucano começava a ser, conhecida e reconhecida.

Em 1901, a Academia Pernambucana de Letras a convidou para ser sócia correspondente, função que exerceu até o ano de 1920, quando no dia 13 de maio deste mesmo ano, passou a ser membro efetivo desta agremiação, tornando-se a primeira mulher a fazer parte do quadro efetivo de uma Academia de Letras no país.

Em fins desse mesmo ano, o Dr. José Bonifácio de Sá Pereira vendeu o seu engenho em Barreiros, e juntamente com a sua família mudou-se para o Recife, onde conseguiu um emprego no governo do Estado. Na capital pernambucana, Edwiges concluiu seus estudos na Escola Normal do Recife, onde posteriormente, lecionou as disciplinas de Prática Didática e Pedagogia; também foi professora de Português do curso Comercial do Colégio Eucarístico e professora de História Geral e do Brasil no Instituto Nossa Senhora do Carmo. E ainda no campo da educação exerceu a função de Superintendente de Ensino nos Grupos Escolares da Capital.

Em 1902, Edwiges de Sá Pereira, juntamente com Amélia Freitas Bevilacqua, Cândida Duarte Barros, Maria Augusta Freire, Belmira Villarim, Adalgisa Duarte Ribeiro e Luiza Ramalho, fundou a revista “O Lyrio”. Em alguns exemplares desse periódico, encontramos matérias sobre a importância da educação para o público feminino, defendendo que, através dela, as mulheres poderiam conquistar sua independência e, tendo, portanto, maiores condições para lutar em prol de seus direitos numa sociedade sexista.

Há um descuido, um erro que o governo tem praticado e que continua aferrado a ele. Que me referir a instrução pública, principalmente a instrução da mulher.



[...] Eduque-se a infância, instrua-se a mulher e medite-se sempre no quanto de sabedoria encerra este pensamento: “Abrir escolas é fechar prisões”.⁶

Nesse sentido, a pesquisadora Elizabeth Siqueira, afirma que “O Lyrio”: “teve um papel preponderante na difusão de ideias feministas, buscando conscientizar as outras mulheres de que o único caminho para libertação feminina era a educação”⁷.

No final da década de 1920, um grupo de pernambucanas que defendiam uma maior inclusão da mulher na sociedade começou a realizar alguns encontros na residência da escritora Edwiges de Sá Pereira. Em 10 de novembro de 1931, esse grupo fundou a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, tendo Edwiges como sua presidente – função que exerceu até 1935, quando passou a ser Presidente de Honra até o dia 22 de dezembro de 1937, quando a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino encerrou os seus trabalhos devido à instalação do Estado Novo, que proibia a existência de partidos políticos e organizações civis, conforme o Decreto-lei n. 37, de 02 de dezembro de 1937, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas.

Ressaltamos que, durante o período de funcionamento, a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, devido a influência de sua fundadora, escolheu como prioridade de suas atividades, a questão da educação feminina, e para isto investiu na criação da Escola de Oportunidades, que tinha como principal objetivo proporcionar cursos como correspondência, datilografia e línguas, às jovens de todas as classes sociais do Estado.⁸

No dia 14 de agosto de 1958, aos 73 anos de idade, Edwiges de Sá Pereira, que já convivía com uma trombose cerebral, veio a falecer em sua residência, localizada no bairro Espinheiro, em Recife. Como vimos, sua história de vida está fortemente marcada por sua intensa atuação como escritora, educadora e feminista; tríade que fica expressa em sua defesa pela inclusão do sexo feminino na vida pública.

Um discurso “pela mulher, para a mulher”

Em junho de 1931, foi realizado nos salões do Automóvel Clube, na cidade do Rio de Janeiro, o Segundo Congresso Internacional Feminista organizado pela Federação Brasileira pelo

⁶ FREIRE, Maria A. Meira de V. A Instrução da mulher. **O Lyrio**, Recife, ano 1, n. 2, p. 01-10, dez. 1902, p. 01-02.

⁷SIQUEIRA, Elizabeth. **Uma pioneira na luta pelos direitos da mulher**. Consultado em: http://www.interpoetica.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=298&catid=50. Acesso em: 20 fev. 2015, p. 03.

⁸ Cf.: FEDERAÇÃO. **Livro de atas das sessões extraordinárias e de assembleia geral**, p. 02.



Progresso Feminino. O discurso de abertura desse evento foi pronunciado pela escritora Julia Lopes de Almeida. Os debates se concentraram, basicamente, em torno do direito ao voto e a educação da mulher. Entre as conferencistas convidadas a participar do evento, estava a escritora pernambucana Edwiges de Sá Pereira, que apresentou o trabalho “Pela mulher, para a mulher”.

Nas suas primeiras palavras, a conferencista traçou um breve panorama da sociedade brasileira, destacando a influência das questões históricas, climáticas e demográficas para a precariedade que se encontrava o sistema educacional no país, tanto nos centros urbanos quanto no meio rural. Para ela, esse problema está intrinsecamente relacionado à formação de um povo “sem energias para a reação e protesto, sem intuição de direito ou justiça”.⁹ Nesse contexto, somente a ingente tarefa da elaboração de um novo processo educativo, poderia solucionar os problemas vivenciados na sociedade brasileira. Processo esse, que não estivesse voltado unicamente para a questão da alfabetização, mas que almejasse:

Aparelhar o indivíduo para a competição de capacidades, valorizá-lo, tornar o trabalhador não apenas o ganha-pão miserável de um lar, mas o cooperador consciente e eficiente da riqueza coletiva – eis o que levaria as nossas estatísticas, na enumeração das forças naturais do país, a destacar o capital humano antes pela qualidade, que pelo número de cabeças incultas e de braços inativos.¹⁰

Nessas palavras, fica explícito que, em sua visão, a educação era um dos meios pelo qual o ser humano poderia se “libertar das amarras” que o prende na ignorância e miséria. É neste sentido, que a educação aparece como uma proposta feminista, pela qual a mulher encontraria a possibilidade de alcançar maiores elementos para reivindicação de sua participação na vida cultural, social, política e econômica.

Partindo desse princípio, Edwiges apresenta o principal objetivo do seu trabalho: a questão da educação feminina; a qual deveria ser debatida e estar ao alcance de todas e para todas as mulheres, independentemente de sua condição social. Com essa perspectiva, ela classifica a situação das mulheres brasileiras em três categorias: a que “não precisa” trabalhar, a que “precisa e sabe” trabalhar e a que “precisa e não sabe” trabalhar.

Percebemos que, diferentemente, da maioria das feministas do início do século XX, que concentravam seus esforços na luta pela conquista do sufrágio universal, Edwiges demonstrava ter uma percepção mais ampla da realidade vivenciada pelas mulheres em sua época,

⁹ PEREIRA, Edwiges de Sá. **Pela mulher, para mulher**. Trabalho apresentado ao Segundo Congresso Internacional Feminista. Recife: Oficinas Gráficas da Associação da Boa Imprensa, 1932, p. 04.

¹⁰ PEREIRA, **Pela mulher, para mulher**, p. 04.



independentemente de sua classe social, do seu papel na sociedade; buscando assim, mostrar a participação do sexo feminino na construção da história brasileira, como podemos observar em um dos trechos de sua palestra:

Se tivéssemos em visita apenas o lado utilitário, de imediata aplicação às exigências materiais, se no indivíduo se apagasse com a vida a projeção de sua passagem na terra, se toda voz na deixasse eco, se toda trajetória não deixasse rastro, fariamos alvo único deste estudo a mulher classificada na terceira categoria. Mas o problema é mais vasto. E mais nobre. E mais complexo. E como um novelo que se desenrola partamos das camadas mais em evidencia para a origem obscura do fio.¹¹

Antes de dissertar sobre esse processo de “desenrolar o novelo”, a conferencista afirma a necessidade de um afastamento das experiências universais, uma vez que, para alcançar os seus objetivos, seria mais significativo restringisse as experiências das brasileiras no seu tempo. Demonstrando seu conhecimento sobre a realidade do objetivo de seu trabalho, afirma que: “Limite-me ainda no tempo, visando um futuro mais próximo. Não posso idealizar o meu tipo: focalizo-o dentro das necessidades imperativas da vida nacional”.¹²

Dito essas palavras, Edwiges dar início a abordagem das três categorias de mulheres que havia definido. A sua análise parte das mulheres que “não precisa” trabalhar, inicialmente representada pelas grandes matronas, as sinhás, as “rainhas do lar”, representações femininas idealizadas e difundidas por muitos anos na sociedade patriarcal. Mas no final do século XIX, a partir de algumas mudanças que ocorrem no cenário brasileiro, várias mulheres começaram a pensar a vida fora do ambiente familiar. As ocupações da esfera feminina foram gradativamente se reinventando. “Domina-as um mais alto espírito de sociabilidade, impõe-se lhes uma necessidade maior de cultura, desenvolvendo-se então uma espécie de hierarquia onde as mais ricas e mais cultas são as mais nobres”¹³.

Esse espírito de sociabilidade, que inicialmente, se revelou através de eventos familiares, atividades culturais, associações religiosas e de caridade, elevou a personalidade dessas mulheres, que antes “enxergava o mundo pelas janelas”, mas que agora via em sua frente uma “porta aberta” para participarem mais ativamente nos espaços públicos. Nesse sentido, a autora defendeu a ideia de que: “hoje a mulher que pode não limita a sua ação: ela projeta para um destino de maior expansão as iniciativas de que se sente capaz”¹⁴.

¹¹ _____. **Pela mulher, para mulher**, p. 04-05.

¹² PEREIRA, **Pela mulher, para mulher**, p. 05-06.

¹³ _____. **Pela mulher, para mulher**, p. 06-07.

¹⁴ _____. **Pela mulher, para mulher**, p. 07.



Dando continuidade ao seu discurso, ela passa a analisar a segunda categoria, as mulheres que “precisa e sabe” trabalhar. Nesse tópico, destaca o preconceito sofrido pelas mulheres que trabalhavam nas fábricas, que padeciam pela intransigência e perseguição dos antifeministas. Uma vez que, esses defendiam a ideia de que, o trabalho nas fábricas, não poderia ser lícito ao sexo feminino, pois as atividades lá desenvolvidas poderiam afetar a sua natureza orgânica, diminuir a sua fertilidade, comprometer a natalidade e masculinizá-las; as mulheres das fábricas perdiam o sentimento de pudor, ameaçaria a ordem familiar etc. Sendo assim, a conferencista afirma que, o ponto de vista dos opositores do feminismo concentrava-se na: “questão biológica e a questão de ordem domestica em foco”¹⁵.

Em seguida, Edwiges propõe a união das mulheres que “não precisam” e as que “precisam e sabem” trabalhar, para a organização de movimentos, os quais deveriam ter por objetivo, a reivindicação dos seus direitos civis e políticos, com a pretensão de estarem colaborando nos dispositivos das leis que, regulando a sociedade, refletiriam nos costumes. Essa mobilização conjunta demonstraria aos antifeministas, que as mulheres estavam preparadas a lutarem contra seus discursos, buscando assim, assumir novos espaços de participação na vida pública. Afirma ainda que, da “ação conjunta dessas duas correntes deve sair, há de sair a redenção das mulheres da terceira categoria, de que se trata esta síntese imperfeita da evolução feminina de nosso país: – as que ‘precisam e não sabem trabalhar’”¹⁶.

Eis a “origem obscura do fio do novelo” que a conferencista estava a desenrolar, a terceira e última categoria, que representa a maior parte das mulheres brasileiras. São aquelas que vivem nas ruas dos grandes centros urbanos, pedindo esmolas ou se prostituindo. Foram esquecidas pela sociedade, a elas não chegavam nem educação, nem higiene e nem religião. Pois, a “proteção á espécie, necessidade imperiosa em nosso país, imenso e de população mesquinha, não preocupou na altura do problema o espirito dos que fazem as leis e regulam os destinos da nacionalidade”¹⁷.

Portanto, Edwiges defende a proposta de que, as mulheres das duas primeiras categorias, deveriam sim pleitear pelos seus direitos, mas uma vez que os tenham conquistado na lei, não poderiam ficar alheias à situação daquelas que se encontravam na terceira categoria. Nesse

¹⁵ _____. **Pela mulher, para mulher**, p. 08.

¹⁶ PEREIRA, **Pela mulher, para mulher**, p. 09.

¹⁷ _____. **Pela mulher, para mulher**, p. 10.



sentido, acreditava ser necessária a mobilização de campanhas para valorização dessas mulheres, através da educação e capacitação profissional.

Encerrando o “desenrolar do novelo”, ou seja, sua abordagem sobre as três categorias de mulher, Edwiges chega à síntese de que: tendo o país, praticamente 80% de sua população composta por analfabetos, só poderia ter uma mentalidade fragmentada e desconexa; se uma nacionalidade só se afirma se tiver uma população consciente e, essa só será consciente se for educada; se das mulheres é cobrada a responsabilidade pela formação moral das famílias; se as brasileiras das classes mais populares não têm, em sua grande maioria, instrução que a responsabilize pelo valor social de seus filhos. Em fim, “porque falamos de sanear o Brasil se não eliminamos as causas da sua chaga pior?”¹⁸. Nessas palavras, deixa claro que, para se evoluir enquanto nação era necessário um maior investimento na ingente tarefa da educação brasileira, especialmente na instrução feminina.

Na conclusão do seu discurso, reforçou o tema da educação como um dos pontos primordiais da pauta feminista no país. Defendendo que, através da educação, a maior parte das brasileiras encontrariam soluções para os problemas que enfrentavam. Recomenda aos governantes que se unam pela elaboração de um projeto nacional de educação voltado para o sexo feminino, que estivesse presente em todas as regiões da federação, tanto nos grandes centros urbanos quanto no meio rural.

E por fim, propõe a criação de novas escolas, que estivessem voltadas para as questões “pedagógicas, domésticas, profissionais, agrícolas – onde a colaboração feminina se possa exercer num plano de proteção e defesa para a finalidade social da mulher, e a coordenação dos objetivos nacionais consubstanciados na família, na moral, na religião, na liberdade”¹⁹.

Como podemos observar, sua proposta tinha como base, a elaboração de um projeto educacional, voltado para a construção de escolas ativas, que proporcionariam uma transformação na realidade vivenciada pelas mulheres. Acreditamos que, a defesa de Edwiges pela construção dessas escolas, estava fortemente marcada pelo fato da mesma, ter atuado por muitos anos em instituições educacionais como professora e gestora.

Considerações finais

¹⁸ _____. **Pela mulher, para mulher**, p. 11.

¹⁹PEREIRA, **Pela mulher, para mulher**, p. 12.



A trajetória feminista de Edwiges de Sá Pereira está estreitamente relacionada ao papel de educadora que exerceu. Seu discurso “Pela mulher, para mulher”, foi significativo para o desenvolvimento dos debates feministas, que ocorreram tanto em Pernambuco quanto em outras partes do Brasil na primeira metade século passado. Pois, em suas palavras, além de uma preocupação com as questões teóricas acerca da “evolução feminina”, elemento característico de grande parte dos movimentos feministas daquele momento histórico; percebemos que, a busca por ações que atingissem diretamente o cotidiano das mulheres, independentemente de sua classe social, era a principal proposta dessa pernambucana.

Assim, diferentemente da maior parte das feministas do seu período, que concentravam suas discussões na luta pelo sufrágio universal, a sua proposta enfatizava a possibilidade de, cada vez mais, um maior número de mulheres tivessem acesso à educação, e conseqüentemente, chegassem ao mercado de trabalho. Nesse sentido, apresentou algumas soluções práticas, como os centros educacionais voltados ao público feminino, pois acreditava que estes poderiam contribuir para a inclusão das mulheres na sociedade brasileira.

Dessa forma, a análise sobre a vida de uma mulher como Edwiges e, aqui destacando o seu discurso no Segundo Congresso Internacional Feminista, torna-se de grande importância na continuidade dos estudos voltados para a construção de uma história menos opressora e excludente, que seja capaz de observar as relações dos sujeitos no seu tempo através de diversos ângulos. Não se tratando assim, de meramente dar visibilidade aquelas que contribuíram para a construção da história brasileira, mas de tentar romper com aqueles que pretendem universalizá-la.